

ESPACIALIDADE, COTIDIANO E PODER*

Maria Encarnação Beltrão Sposito**

A **espacialidade** expressa, sustenta, determina, e portanto, faz parte e ao mesmo tempo designa a formação social e econômica, e por tal também reforça a acentuação da diferenciação (e da separação) entre as pessoas e os lugares, entre o ser, o estar e o fazer.

Numa sociedade de classes, esta **espacialidade** contém a lógica e o sentido dado pela diferenciação social e econômica, e o **poder** de produzir/transformar/consumir esta **espacialidade** está também determinado por esta diferenciação.

Então, a natureza, a qualidade política e a intensidade do **poder** decorre desta diferenciação social e econômica, definindo se este poder significa ter apenas possibilidades de, ou força para e meios de, ter o direito de e a capacidade e a autoridade para, ou ainda ter ou não ter condições socialmente determinadas para **poder** produzir/transformar/consumir uma dada **espacialidade**.

*Texto de apoio para a participação na Mesa Redonda sobre este tema, no Eixo: "Perspectivas da Geografia no final do século", durante o IX Encontro Nacional de Geógrafos - julho de 1992 - Presidente Prudente - SP.

**Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Campus de Pres. Prudente.

Estas diferentes matizes do poder elaboram-se, praticam-se e se concretizam tanto através de políticas de Estado, quanto via poderes econômicos, quanto através do **cotidiano**, também submetido e determinado por tais políticas e poderes.

Nessa perspectiva, o que coloco para a reflexão é o pensar sobre a medida, a capacidade e as formas a partir das quais a sociedade brasileira pode se colocar (enquanto "corpo" que contém profundas diferenciações sociais e econômicas) como sujeito do processo de produção/transformação/consumo de uma **espacialidade** que contenha a diversidade que a engendra, e ao mesmo tempo se (re)construa para reduzir estas diferenciações.

Para dar concretidade a esta reflexão, vou tomar como referencial, para a análise, o processo de produção/transformação/consumo das cidades paulistas, com o interesse de discutir como se dão as relações entre **espacialidade, cotidiano e poder** nestas cidades.

As Diferenciações que se Aprofundam

O processo de produção do território paulista deu-se a partir do movimento de expansão da economia cafeeira. Em função desta expansão implantaram-se ferrovias, formaram-se fazendas, terras foram vendidas, cidades foram fundadas.

A industrialização exigiu e provocou uma diferenciação regional da produção agrícola no Estado de São Paulo, que substituiu a homogeneidade que havia se desenhado com o café.

Esta diferenciação refletiu-se rapidamente na divisão regional do trabalho no Estado de São Paulo, e por consequência permitiu/provocou uma diferenciação nos papéis urbanos.

O reforço da hierarquização da rede urbana foi decorrência direta desse processo. A cidade de São Paulo, como centro da maior região metropolitana do país, espelha e sustenta a concentração de papéis de produção e comando que uma economia urbana oligopolizada exige, para que se viabilize o avanço tecnológico e a articulação do trabalho cada vez mais especializado, e por tal, compartimentado.

Esta concentração urbana constitui-se o nódulo central de uma rede que se multiplica em cidades médias e pequenas, as quais também têm seus papéis (re)definidos nesse processo de concentração econômica e ampliação/integração do mercado consumidor.

Cada uma destas cidades é, em diferentes níveis, um ponto de apoio que drena capitais para a metrópole, o que viabiliza o consumo da produção organizada em larga escala.

As cidades médias mais próximas e/ou integradas à Região Metropolitana Paulista se redefinem enquanto sustentação para uma industrialização que "transborda" os limites originais da grande área industrial. Estas e outras de mesmo porte, desenvolvem-se como pontos de apoio para a venda de mercadorias e serviços das grandes empresas. Que cidade média não tem uma Loja Arapuã ou um Caixa Automático Bradesco? A rapidez das comunicações e o desenvolvimento da informática aproximam e integram.

As cidades pequenas perdem papéis na hierarquia urbana. Não são atraentes, enquanto mercado, aos grandes grupos industriais, comerciais e de serviços - ou se tornam apêndices-dormitórios das cidades maiores ou são apenas polos de evasão populacional.

A **espacialidade** da rede urbana, resultado dessa diferenciação/especialização regional, é produzida pelo **poder econômico**. O **cotidiano** daqueles que trabalham e produzem essa riqueza está submetido a esta ordem - à lógica da máquina na fábrica, da caixa registradora que funciona sem parar, ao horário para chegar e sair do trabalho.

Esta é a **lógica da produção** que designa uma **espacialidade** e um **cotidiano** que é submissão a um trabalho, que na maior parte das vezes não é realização, mas apenas alienação.

As Identidades que se Perdem

O movimento que aprofunda a integração da rede urbana paulista à economia capitalista desenvolve-se em um contexto internacional, no qual os grandes oligopólios impõem padrões de produção e consumo que ultrapassam as fronteiras regionais e nacionais, enquanto espaço econômico, social, político cultural e ideológico.

Essas cidades espalham em sua paisagem construída, em suas formas de produção territorial, e em sua funcionalidade assim organizada, esse processo que submete a produção da sociedade e do espaço ao movimento que iguala, que reduz as identidades, que produz o parecido.

Essa estandartização espelhada nessas paisagens cada vez mais iguais - a verticalização, os shopping-centers, os viadutos, os conjuntos habitacionais, a periferia sem esgoto e asfalto, os barracos... - contém as desigualdades que sustentam e expressam a lógica que produz cada cidade, tanto quanto a lógica que produz cidades iguais que desempenham também papéis diferentes.

O prédio que se ergue na cidade de 80, 200 ou 500 mil habitantes não é muito mais do que signo do moderno, do que tentativa de se parecer com a forma vertical que é "identidade" de metrópole, como definiu Maria Adélia de Souza¹.

O shopping-center que se multiplica pelo interior não é muito mais do que a necessidade de reproduzir os espaços de consumo, os "templos das mercadorias", como definiu Silvana Pintaudi².

Por outro lado, os conjuntos habitacionais que se multiplicam sem identidades, não decorrem senão da concepção política de que para os pobres um teto com 30 m² é o que basta. Segundo a mesma lógica, a cidade que se produz pela auto-construção não precisa ser servida pelo esgoto, e o arruamento da favela não está na planta oficial da Prefeitura.

A **espacialidade** de cada cidade e de todas as cidades, resulta da lógica que produz o igual e que expressa o **poder político e ideológico**, que permeia o decidir/viver o nosso **cotidiano**.

Esta é a **lógica do consumo** que designa uma **especialidade** e um **cotidiano** que é determinação dos interesses da produção capitalista das cidades, que expressa a separação social o território entre o ser, o estar, o fazer, o comprar... enfim, do viver.

Por outro lado, da perspectiva de quem vive esta **especialidade** e este **cotidiano**, estas cidades estão cada vez mais carregadas de signos que são vendidos, comprados e substituídos seguidamente.

As Contradições que se Acentuam

A lógica que determina a especialidade da produção e a do consumo nas cidades capitalistas é a mesma que provoca a **acentuação das contradições**.

As diferenças sociais e econômicas, aparecem nas cidades paulistas (e com certeza em outras cidades brasileiras das quais estivéssemos falando) sob a forma de dificuldades cada vez maiores para o acesso ao morar, à saúde, à educação, ao transporte, à cultura, ao ócio...

A lógica que produz a integração econômica das cidades da rede urbana é a mesma que produz a **compartimentação das nossas múltiplas facetas existenciais no interior dela**.

A magnitude da concentração da região metropolitana é apenas a expressão maior deste movimento, porque em cada cidade, nas de 500 mil, nas de 100 mil, nas de 10 mil habitantes esse duplo processo de integração/compartimentação aparece sob a forma de **contradições que se acirram**, de lutas que emergem, de movimentos que se organizam, enfim sob a forma de **lutas sociais**.

A construção desta reação a uma **especialidade** e a um **cotidiano** determinados pela produção e pelo consumo vai se dando como um movimento que não é retilíneo, mas que vai se **construindo com avanços e recuos**.

Esse movimento é, às vezes, **organização** (o piquete que se organiza para a garantia da greve, ou a ocupação dos sem teto

discutida e efetivada), mas é, às vezes, **explosão** (o ônibus que é depredado, o supermercado saqueado). É **informação que se impõe** (as televisões ligadas, de ouvidos no Cid Moreira), mas também **informação que se produz** (o panfleto que circula na fábrica, os jornais das minorias).

Esse movimento para conquistar a condição de **determinação**, enquanto **poder social** que transforma a sua **espacialidade** e o seu **cotidiano**, tem que ser alimentado, educado no sentido mais concreto destes termos tanto quanto no seu sentido mais simbólico.

Não há construção do novo (e não da novidade) se não houver uma alimentação de qualidade, uma escola pública com proposta social, um sistema que seja realmente de saúde (e não das doenças), uma cultura que se dê a partir de todos e de cada um e para cada um e para todos. Não há construção de cidadania se não houver a construção de uma nova concepção de sociedade, e portanto de poder.

Só o **poder social** pode/poderá construir uma **espacialidade** e um **cotidiano** que sejam transformação.

Não há perspectivas para a geografia que no final deste século não se propuser a ler esta multiplicidade no real.

Notas

¹ SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: FFLCH/USP, 1989. (Tese de Livre-Docência).

² PINTAUDI, Silvana Maria. **O templo da mercadoria: estudo sobre os shoppings-centers do Estado de São Paulo**. São Paulo: FFLCH/USP, 1989. (Tese de Doutorado).